

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 229, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, e considerando, ainda, o disposto na Portaria SG/MPF nº 110, de 6 de fevereiro de 2015, que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Ministério Público Federal, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais do respectivo Instrumento Negocial:

Fiscal Administrativo: César Augusto Nogueira de Macedo, matrícula 28.582-0;

Fiscal Administrativo Substituto: Daniela de Almeida Lima Portel, matrícula 25.547;

Fiscal Técnico: Daniela de Almeida Lima Portel, matrícula 25.547;

Fiscal Técnico Substituto: César Augusto Nogueira de Macedo, matrícula 28.582-0.

Instrumento Negocial: Contrato nº 34/2017.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços de mão de obra terceirizada (auxiliares administrativos, assistente de almoxarifado, auxiliar de almoxarifado, telefonistas e auxiliar de serviços gerais) – para atender a demanda de trabalhos da Procuradoria da República no Município de Guarulhos.

Art. 2º O fiscal e seu substituto ficam designados pelo prazo de vigência do Contrato, incluindo as prorrogações que venham a ocorrer.

Art. 3º Os afastamentos do fiscal e do substituto que permitam agendamento prévio não poderão ser usufruídos em datas coincidentes.

Art. 4º Quando houver a necessidade de mudança do fiscal titular e/ou seu substituto, a unidade requisitante dos bens ou serviços deverá, formalmente, levar o fato ao conhecimento da Divisão de Contratações e Gestão Contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO LACERDA NOBRE

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 22 abr. 2019. Caderno Administrativo, p. 40.

